

**Helena Carreiras**

Ministra da Defesa Nacional

**Intervenção da Ministra da Defesa Nacional, Helena Carreiras, por ocasião do encerramento da conferência “Segurança: da Europa ao Indo-Pacífico”**

Agência Europeia de Segurança Marítima, Lisboa, 3 de março de 2023

Gostaria de começar por saudar a iniciativa do Clube de Lisboa em organizar esta conferência sobre um tema tão atual quão oportuno e relevante. Quero também agradecer à Agência de Segurança Marítima Europeia por nos acolher esta tarde. Num momento de profunda transição no contexto geostratégico internacional, importa refletir sobre as pontes que podemos e devemos estabelecer entre diferentes geografias e temáticas, evidenciando não só o mundo em que nos inserimos, mas também o mundo que queremos e precisamos de defender.

Compreensivelmente, as nossas atenções concentram-se hoje nas consequências globais da guerra na Ucrânia, após **mais de um ano de uma invasão ilegal e injusta por parte da Rússia**, que colocou em causa princípios e valores básicos que regem a ordem internacional. Pude ver de perto a gravidade da situação no terreno, por ocasião da minha recente deslocação a Kyiv, mas permanecemos determinados em defender esses princípios e

valores, juntamente com os nossos Aliados e Parceiros. **A segurança da Ucrânia é também a segurança de Portugal e da Europa**, e continuaremos a trabalhar ativamente para que os Ucrânios tenham aquilo que precisam para prevalecer nesta luta.

Em paralelo, temos notado também, de forma cada vez mais evidente, os **efeitos da guerra na ordem multilateral vigente e no aumento das tensões globais**. Nesse sentido, gostaria de focar a minha intervenção em outros contextos regionais que podem conhecer uma escalada de riscos e ameaças, se não acautelarmos o seu respetivo acompanhamento. O Indo-Pacífico surge aqui como um exemplo particularmente ajustado para esta reflexão.

**O conceito do Indo-Pacífico tem vindo a figurar, de forma sistemática e cada vez mais recorrente, do léxico das estratégias**

**nacionais de vários Estados.** Muito embora os seus limites geográficos não sejam consensuais, o termo assume uma elevada carga geopolítica, ao espelhar uma proposta de delimitação cujos impactos transcendem a própria região. Esses impactos desdobram-se em múltiplos níveis, seja em termos do **respeito pelo direito internacional do mar ou da resolução pacífica de conflitos.**

As implicações destas dinâmicas regionais no plano económico são conhecidas. Basta recordar que, **neste espaço, é produzido 60% do PIB global, enquanto que 1/3 de todo o comércio marítimo mundial transita pelo Mar do Sul da China.** A estabilidade da região, e por inerência das suas rotas marítimas, é essencial para as **cadeias de valor, para a diversificação económica, e para as transições energética e digital** que dizem respeito a toda a comunidade internacional. A defesa da sua estabilidade passa, assim, por uma resposta inerentemente

multilateral, assente na previsibilidade das relações entre todas as partes.

Neste contexto, a **União Europeia** tem assumido nos últimos dois anos um papel-chave na promoção do multilateralismo na região. Em 2021, durante a Presidência Portuguesa do Conselho da UE, foram lançadas as bases de uma **Estratégia de Cooperação para o Indo-Pacífico**, que colocou precisamente o foco no estabelecimento de novas parcerias. Mas de forma igualmente relevante, propôs-se o **aumento do envolvimento da UE em matérias de segurança e defesa, através de uma maior presença marítima**.

Este objetivo, posteriormente reafirmado pelas disposições da Bússola Estratégica, tem sido executado de diversas formas: através do alargamento do conceito de **Presenças Marítimas**

**Coordenadas** ao noroeste do Oceano Índico – uma iniciativa que teve na sua génese a coordenação das capacidades navais europeias no Golfo da Guiné; através de novos **programas de capacitação institucional** que visam apoiar países da região a garantir a segurança de linhas marítimas de comunicação vitais; ou através de maior **cooperação em matérias como contraterrorismo, cibersegurança, alterações climáticas, proteção de infraestruturas críticas, e gestão de crises** com parceiros como a Índia, a Indonésia, o Japão, a Coreia do Sul, Singapura ou o Vietname.

Em todos estes esforços, Portugal tem sido e continuará a ser parte ativa. **Este envolvimento é prosseguido sem prejuízo de outras prioridades em outras regiões do globo.** Tal amplitude do nosso raio de ação surge, aliás, como um elemento que devemos saber manter presente num momento em que nos encontramos

em fase avançada de revisão do nosso **Conceito Estratégico de Defesa Nacional**.

O contraste com as anteriores disposições de 2013, ainda em vigor, é notório. À altura, era referida a intenção de sustentar o desenvolvimento de relações mais intensas com um conjunto limitado de países da região. Em 2023, esta questão coloca-se em termos consideravelmente diferentes, fruto não só da avaliação feita a nível interno, mas também da reflexão constante dos principais documentos estratégicos da NATO e da UE. Por exemplo, o novo Conceito Estratégico da NATO, aprovado em Madrid no ano passado, declara que **os desenvolvimentos na região do Indo-Pacífico poderão ter um impacto na segurança dos Aliados, nomeadamente em matéria de liberdade de navegação e das cadeias de abastecimento.**

Perante este **novo centro de concorrência mundial**, não podemos ficar à parte. **No contexto da nossa abordagem de 360 graus à segurança**, podemos e devemos proporcionar o nosso contributo por via da ação externa da defesa nacional, e através das alianças e organizações a que pertencemos. Permitam-me, por isso, elencar **três dimensões onde esta região importa para Portugal**.

Em primeiro lugar, geograficamente, por **abarcam um conjunto de dinâmicas que se estendem do canal de Moçambique até ao Mar de Timor**, e que incluem parceiros-chave para os nossos interesses. As extensas e históricas relações, quer com Moçambique, quer com Timor-Leste, exemplificam de forma transversal o contributo que podemos proporcionar, seja ao nível da especialização, do diálogo ou da capacitação. Espero, aliás, poder assinar em breve um novo **Programa-Quadro de Cooperação no Domínio da Defesa com Timor-Leste**, que alarga



substancialmente os domínios da nossa cooperação com este país.

Em segundo lugar, tematicamente, **o Indo-Pacífico permite reafirmar o nosso compromisso com temas que nos são particularmente caros, como é o caso da governação dos oceanos e da liberdade de circulação marítima.** Temos provas dadas nesta frente. Desde 2007 que temos contribuído para o combate à pirataria marítima no Oceano Índico nas Operações *Ocean Shield*, *Allied Protector* e *Atalanta*, através do envio de meios navais com destacamentos de helicópteros e de fuzileiros embarcados, da utilização de aeronaves de patrulhamento marítimo, ou da participação recorrente nos Estados-Maiores destas operações.

Em terceiro lugar, funcionalmente, o **Indo-Pacífico permite uma diversificação das nossas parcerias, com considerável potencial de crescimento no atual contexto.** Este potencial pode manifestar-se através de uma maior aproximação a organismos multilaterais da região – nomeadamente a ASEAN –, mas também através do estreitar de relações com países do Sudeste Asiático, como é o caso singular da Índia, explorando o potencial económico de cooperação e fomentando o desenvolvimento da nossa Base Tecnológica e Industrial de Defesa.

Em todas estas dimensões, **Portugal defende a aplicação dos princípios da Carta das Nações Unidas,** enquanto base para uma arquitetura de segurança regional aberta e baseada em regras. Nesse sentido, não obstante os crescentes desafios na interação com países como a China, a nossa aposta no diálogo permanece inabalável. Acreditamos que todas as partes devem respeitar os seus compromissos e agir de forma responsável, garantindo linhas

seguras de comunicação marítimas e o reforço das capacidades locais no Indo-Pacífico.

Minhas senhoras e meus senhores,

O mote desta conferência instigou os seus participantes a refletir ao longo do dia sobre possíveis ramificações regionais e temáticas derivadas do atual contexto securitário, e em particular da guerra na Ucrânia. Gostaria, por isso, de concluir reforçando a posição nacional sobre o pior conflito que o continente europeu conhece em décadas.

Tal como tive oportunidade de transmitir pessoalmente ao meu homólogo e às demais autoridades no passado dia 24 de fevereiro, em Kyiv, **Portugal continua e continuará comprometido em apoiar de forma inequívoca o povo**

**ucraniano**, enquanto for necessário, e sempre na medida das nossas possibilidades.

Este compromisso passa, também, por saber identificar propostas de paz que tenham **real expectativa de virem a ser implementadas**, evitando aquelas que possam conduzir a soluções eminentemente frágeis ou sujeitas a constantes tensões. Em particular, a proposta apresentada recentemente pela China parece assentar numa **falsa equivalência entre invasor e invadido**, solicitando o respeito pela “soberania, independência e integridade territorial de todos os países”, quando as origens da agressão em curso são amplamente conhecidas.

A paz enquanto objetivo final é sempre desejável, mas não a qualquer custo ou com base em ambiguidades que a tornem de difícil execução e, sobretudo, sustentação. Ao mesmo tempo que

reforçamos a nossa comunicação estratégica sobre estes elementos, **devemos, por isso, continuar a demonstrar firmeza, unidade e clareza quanto aos interesses e princípios que estão em causa e que fundamentam a nossa ação**, bem como a dos nossos Aliados e Parceiros. Acima de tudo, necessitamos de manter presente que a decisão final em relação ao mérito de qualquer proposta de paz e aos seus termos caberá sempre, em última análise, aos próprios ucranianos.

Muito obrigada.